



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

25/04/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3 - 7
2.2. EVENTOS.....	8 - 10
2.3. JUÍZES.....	11
2.4. PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	12
2.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	13 - 14
3. JORNAL EXTRA	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	15
3.2. COMARCAS.....	16
3.3. DECISÕES.....	17 - 18
3.4. JUÍZES.....	19
3.5. PRESIDÊNCIA.....	20
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DECISÕES.....	21 - 22
4.2. ESMAM.....	23
4.3. PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	24
4.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	25
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. ESMAM.....	26
5.2. EVENTOS.....	27
5.3. JUÍZES.....	28
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. FALECIMENTO.....	29 - 30
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. COMARCAS.....	31 - 32
7.2. DECISÕES.....	33 - 34
7.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	35 - 36
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	37
8.2. COMARCAS.....	38
8.3. CONVÊNIOS.....	39
8.4. ESMAM.....	40
8.5. JUÍZES.....	41 - 42
8.6. PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	43
8.7. VARA CRIMINAL.....	44
8.8. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	45



Vereador Astro de Ogum fará pronunciamento definitivo quarta sobre eleição na CMSL

PÁGINA 3



Astro de Ogum fará pronunciamento definitivo quarta sobre eleição na CMSL

Num rápido encontro com jornalistas, radialistas e blogueiros que fazem cobertura sobre as atividades da Câmara Municipal de São Luís, na manhã de ontem (24), o presidente da Casa, vereador Astro de Ogum (PR), anunciou para esta quarta-feira, (25), um pronunciamento definitivo sobre a eleição para a Mesa Diretora do Legislativo.

Ele comentou que seria realizada uma conversa na tarde de ontem, (24), onde deveria haver um debate franco sobre o assunto envolvendo os vereadores e as partes envolvidas. Em sua declaração o parlamentar do PR deixou o entendimento que a eleição caminha para um desfecho. "As 16 horas de hoje, (24),

deve haver um desfecho. Comunicarei ainda hoje, ou amanhã, quarta-feira às 11 horas, quando deverei fazer um pronunciamento", completou ele.

Acerca do atual momento em que estão sendo feitas muitas especulações sobre o pleito, inclusive que está também envolto em processo de judicialização, Astro de Ogum disse que está se mantendo tranquilo, "e que diante das circunstâncias do universo político, o que está ocorrendo são práticas naturais".

Demonstrando naturalidade sobre a provável existência de uma disputa pela direção da Câmara, o presidente do parlamento afirmou que "quem está perdendo com tudo isso não é o

vereador, mas sim a população, pois acho desnecessária essa discussão, e a população está esperando é que nós possamos desempenhar o nosso papel para que fomos eleitos como vereadores para a luta pelo cidadão".

INDEPENDÊNCIA E HARMONIA

Indagado sobre a matéria ligada a eleição na Câmara está tramitando com recursos na Justiça, Astro de Ogum frisou que não sente nenhum abalo, até porque "acho se tratar de assunto interno do Poder, e sobre o Poder Judiciário entendo que está havendo e deve existir o exercício da independência e harmonia entre os poderes".

Decisão

TCE anula contratos sobre o extinto Fundef

GERAL 3

TCE-MA anula contratos entre prefeituras e escritórios de advocacia

Municípios ficam cientes de que contratar escritórios de advocacia especializados em ressarcimento de verbas do extinto Fundef só mediante licitação

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) anulou, no último dia 18, contrato do escritório de advocacia João Azêdo e Brasileiro com a Prefeitura de Anupurus em ações propostas para ressarcimento de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o qual foi firmado por inexigibilidade (inviabilidade de competição com outros escritórios para a contratação desses serviços).

O mesmo caso ocorreu com o contrato firmado entre o escritório Gomes Santos e Oliveira Advogados Associados e a Prefeitura de Afonso Cunha. Com a decisão, os Municípios ficam cientes que contratar escritórios de advocacia especializados nesses processos só mediante licitação pública.

Os escritórios de advocacia recorreram ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que ignorou a decisão do TCE-MA e determinou o prosseguimento dos contratos. A discussão foi levada ao Supremo Tribunal Federal, e a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, definiu que o TCE-MA tem autonomia e poder para apreciar todos os contratos firmados pelos Municípios e que, até a de-



Cármen Lúcia definiu que o TCE-MA tem autonomia e poder para apreciar todos os contratos

cisão definitiva do tribunal, todos os pagamentos de honorários aos escritórios contratados sem licitação, seriam suspensos.

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) já havia recomendado que a Prefeitura de Cidelândia anulasse, no prazo de dez dias, o contrato também firmado com o escritório de advocacia João Azêdo e Brasileiro. O MP-MA constatou que no período de novem-

bro de 2016 a 2 de janeiro de 2017, esse escritório celebrou contrato similar para recuperação de créditos do extinto Fundef com 110 municípios, ou seja, mais da metade das prefeituras do Maranhão.

As consequências impostas aos prefeitos em não seguir as determinações do TCE/MA, que por sua vez está apenas obedecendo à decisão da Suprema Corte, acarretarão em diversos problemas admi-

nistrativos, incluindo Processos de Improbidade Administrativa e Criminal, arresto de bens e afastamento do cargo.

De acordo com o Tribunal de Contas do Estado, "a decisão do STF está apenas conduzindo a direção para mudanças tão importantes para os municípios maranhenses. Pelos desdobramentos do caso, concluímos que finalmente a moralização chegou ao Maranhão". ●

Câmara

Definida a data de eleição para a Mesa Diretora

POLÍTICA 2

Definida data da eleição para a Mesa Diretora da Câmara

Acordo entre grupo de Osmar Filho e Astro de Ogum definiu o dia 9 de maio como a data para a escolha dos membros da Mesa Diretora do Legislativo municipal para o biênio 2019/2020; disputa se arrastou na Justiça

CARLA LIMA
Subeditora de Política

Depois de semanas de impasses jurídicos, a data para a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís foi redefinida. Em novo edital publicado ontem, o presidente da Casa, vereador Astro de Ogum (PR), convocou o pleito interno para o próximo dia 9 de maio, às 9h.

Desde o fim de semana passado, quando houve decisão judicial obrigando Astro de Ogum a fazer a eleição da Mesa Diretora da Câmara de São Luís em 48 horas, reuniões entre os principais atores desta novela que envolve judiciário e o legislativo municipal – o próprio Ogum e o candidato a presidente da Casa, vereador Osmar Filho (PDT) – estão sendo feitas quase diariamente.

Entre os debates travados, um acordo chegou a ser desenhado entre as partes: Osmar Filho e seus aliados – que realmente entraram na ação contra Astro de Ogum – retirariam as



Astro de Ogum marcou data de pleito após acordo com vereadores

ações judiciais e, desta forma, os debates sobre a eleição interna da Casa voltaria para o plenário.

Em troca, Astro de Ogum se comprometeu em realizar a eleição em no máximo 15 dias. Se o acordo foi validado, Ogum já cumpriu sua parte publicando um novo edital. O primeiro havia determinado elei-

ção para o dia 8 de agosto. O novo edital trouxe para mais próximo. Será realizado em duas semanas.

Segundo apurou **O Estado**, além deste acordo, há ainda outro que está sendo construído: uma composição de chapa única, assim acabando com a divergência interna na Câmara.

O acordo fechado entre os dois grupos divergentes na Câmara será abordado pelo presidente Astro de Ogum em pronunciamento na sessão desta quarta-feira. Ogum vinha dizendo que o impasse jurídico pela disputa pela presidência da Casa levou a prejuízos à população.

“Quem está perdendo com tudo isso não é o vereador, mas sim a população, pois acho desnecessária essa discussão, e a população está esperando é que nós possamos desempenhar o nosso papel para que fomos eleitos como vereadores para a luta pelo cidadão”, afirmou Astro de Ogum.

Disputa

Desde 2016, após o resultado das eleições municipais, há uma disputa entre Osmar Filho e Astro de Ogum. Na legislatura que teve início em 2017, o pedetista já ensaia junto ao presidente estadual de seu partido, deputado Weverton Rocha, a intenção de comandar a Câmara Municipal de São Luís.

As articulações deles acabou sendo barrada porque naquele momento, Astro de Ogum conseguiu

Disputa judicial foi iniciada com Adin

No fim do ano passado, as conversas sobre a sucessão na Câmara foram se intensificando. Neste mês, o PSL, do vereador Chico Carvalho – que foi cogitado como candidato a presidente da Câmara - entrou com uma Adin alegando inconstitucionalidade no artigo 41 da Lei Orgânica do Município que trata do período de realização da eleição da Câmara e ainda da proibição da reeleição para membros da mesa diretora da Casa.

O PTB do aliado de Osmar Filho, Pedro Lucas Fernandes, entrou na briga judicial com parte contestando a Adin do PSL. Entre os argumentos jurídicos, duas liminares foram con-

cedidas, cujo resultado foi a manutenção da lei em vigência.

o apoio de 21 vereadores e assim conseguindo ser de novo presidente da Casa.

cedidas, cujo resultado foi a manutenção da lei em vigência.

E é nesta questão da Adin que pode haver mudanças em relação ao que vem sendo costurado entre Osmar Filho e Astro de Ogum. A previsão é de que o recurso do PSL entre em pauta hoje e, com isso, os desembargadores decidirão sobre o mérito da ação.

Se o pleno do TJ decidir como inconstitucional o artigo 41 da Lei Orgânica – conforme alega o PSL –, Astro de Ogum poderá concorrer à reeleição. Se a liminar for mantida, ele permanecerá impedido de concorrer à reeleição para o mesmo cargo que hoje tem na Mesa Diretora.

problemas porque houve um acordo entre Osmar e Ogum que garantia ao primeiro ser presidente no biênio seguinte. Astro nega o acordo. ●

Alternativo
Centenário
da Faculdade
de Direito
celebrado com
vasto roteiro

PÁGINA 1



RESGATE

da memória em fotos e livros

Programação alusiva ao centenário da Faculdade de Direito do Maranhão inclui exposição fotográfica e lançamento de livros, de hoje até sexta-feira, na sede da OAB/MA

Em homenagem ao centenário do antigo curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) será aberta hoje, às 18h30, no hall da sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB/MA), exposição fotográfica retratando imagens, arquivos e notícias da época da fundação da instituição. A exposição é parte da programação alusiva. Além da exposição, haverá lançamento de livros.

Segundo o pesquisador Leopoldo Vaz, a exposição tem uma comissão composta por ele, pelo desembargador Cleones Cunha, curador da mostra, e pelo padre João Resende. “Nós tentamos recuperar fotos, arquivos, notícias da época da fundação da Faculdade e recuperamos fotografias de professores e até a extinção da instituição, em 1941. Depois, houve a sucessora, em São Luís, que vai até 1966, quando passa a ser curso de Direito da UFMA. Recuperamos essa primeira fase da faculdade. Essa exposição deverá ser itinerante e já está acertado que, daqui, ela irá para a UFMA, depois para o Tribunal de Justiça do Maranhão e também para Imperatriz, em agosto”, detalhou. O primeiro prédio da instituição ficava em frente ao Teatro Arthur Azevedo, na Rua do Sol.

Na quinta-feira, às 12h, será lançado o livro “Direitos Fundamentais à luz da Constituição Federal”, de Raymundo Juliano do Rego Feitosa, Ana Paula Rocha Bonfim e Edilane Bonato. No encerramento

da programação, na sexta-feira, será a vez da apresentação do livro “Artigos em homenagem ao Centenário do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão”, organizado por Antonio Oneildo Ferreira e Rossini Corrêa. A programação completa do Centenário da Faculdade de Direito do Maranhão pode ser acessada no site oab.org.br.

Além disso, serão lançados os livros “A natureza contramajoritária

vel superior do estado. Em 1966, a Faculdade de Direito foi integrada à Universidade Federal do Maranhão. Uma das atividades comemorativas será a entrega da medalha Domingos Perdigão a 10 personalidades do Direito.

Comissão

Além da OAB/MA e da Escola Superior de Advocacia (ESA), também integram a comissão organizadora do Centenário da Faculdade de Direito do Maranhão o Conselho Federal da OAB, a Academia Maranhense de Letras (AML), a Academia Maranhense de Letras Jurídicas (AMLJ), o Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública (CECGP), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), a Universidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (Unisulma), o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema), o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), a Escola de Formação de Governantes (EFG) e o Centro Ignácio Rangel. ●

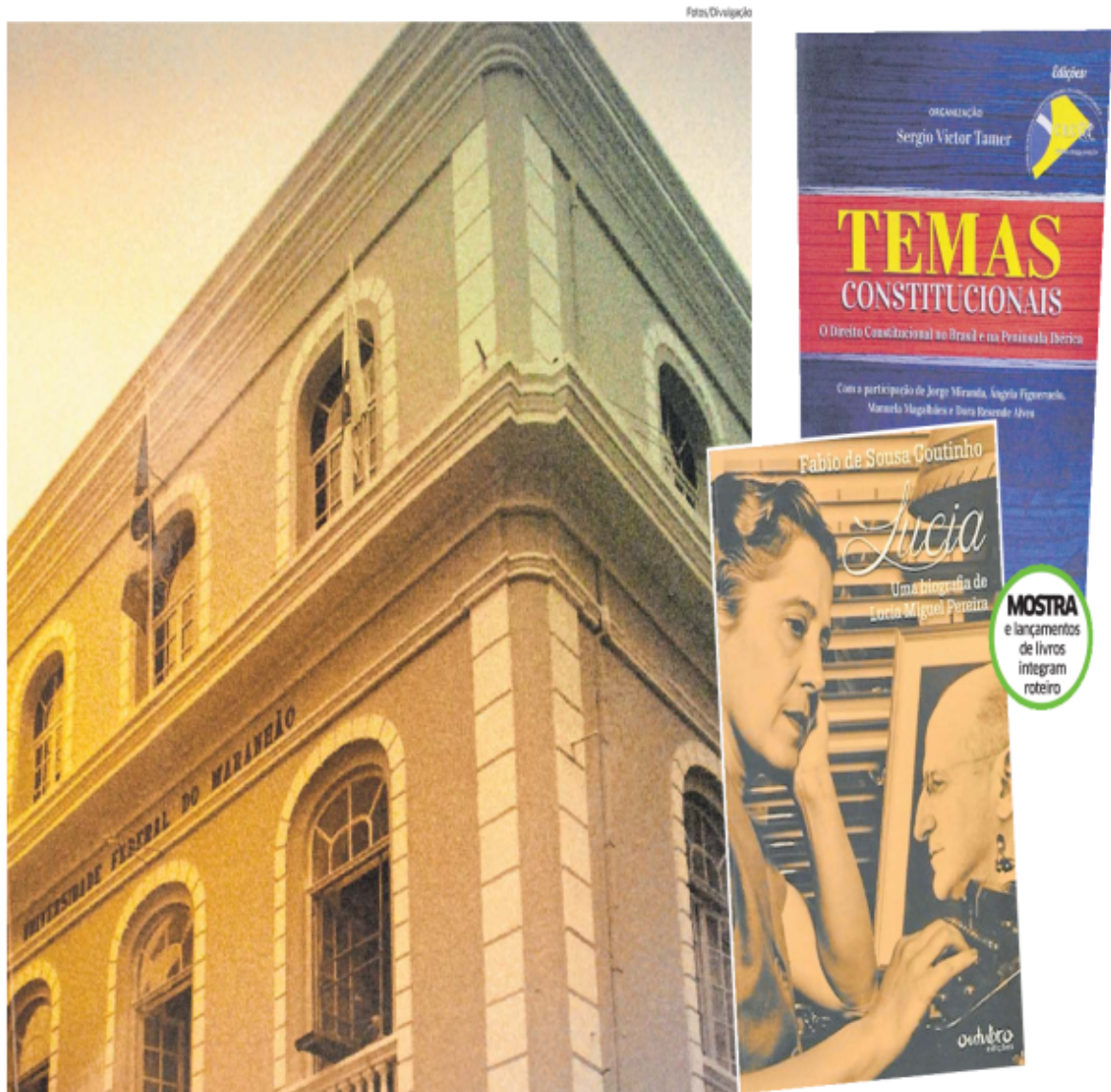
Instituições estão na organização do centenário

da advocacia”, do advogado e diretor-tesoureiro do Conselho Federal da OAB, Antonio Oneildo Ferreira, nesta quarta-feira, às 20h, na sede da OAB/MA, e “Lúcia – biografia de Lúcia Miguel Pereira”, de Fábio de Sousa Coutinho, amanhã, às 10h, também na sede do órgão. E também “Temas Constitucionais – O Direito Constitucional no Brasil e na Península Ibérica”, organizado por Sergio Victor Tamer, na sexta-feira.

Criado em 28 de abril de 1918, o curso de Direito nasceu junto com a Faculdade de Direito do Maranhão, primeira escola isolada de ní-

Serviço

O quê Exposição fotográfica e lançamentos de livros na Programação do Centenário da Faculdade de Direito do Maranhão **Quando** De hoje até sexta-feira **Onde** Sede da OAB/MA (Calhau) e Auditório da Associação Comercial do Maranhão (encerramento) **Entrada** franca



ESTADO MAIOR

Participações

A última reunião entre Osmar Filho (PDT) e Astro de Ogum (PR) ocorreu com a participação do juiz Osmar Gomes, pai do vereador pedetista.

Segundo os parlamentares, o magistrado teve uma participação ativa nas conversas sobre a questão interna do Legislativo.

Além dele, o deputado Weverton Rocha e o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), também deram suas contribuições na eleição da Mesa Diretora da Câmara.

Inauguração

Inaugurado ontem, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, um novo espaço na Casa da Criança Menino Jesus, que abrange uma sala de audiências concentradas, salas das oficinas de corte e costura, artesanato e informática, onde serão ministrados cursos profissionalizantes. A instituição está instalada na Fundação da Cidadania e Justiça, no São Francisco.

BRK Ambiental inova e reforça ações para a população na Ilha

Investimentos e serviços têm sido efetivos para garantir saneamento básico para dois municípios

A BRK ambiental tem inovado os serviços de abastecimento para assegurar a boa qualidade da água para os municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, trabalhando, ainda, de maneira árdua para garantir que a população dos dois municípios tenha acesso à água cada vez mais limpa, contribuindo para a saúde dos consumidores, uma vez que a qualidade da água interfere diretamente na ocorrência de doenças que acometem o indivíduo.

Pensando no bem-estar da população dos dois municípios, a BRK Ambiental objetiva mudar a realidade, a partir de grandes investimentos, de até 80% dessa população até 2020, proporcionando o melhor sistema de saneamento básico de todo o estado.

Recentemente, a empresa foi alvo de uma liminar que suspendia a concessão de serviços às cidades. A ação foi proposta pelo Ministério Público Estadual contra o CISAB (Pró-Cidade); o Município de São José de Ribamar; o Município de Paço do Lumiar, o Estado do Maranhão; a Odebrecht Ambiental – Maranhão S.A. (BRK Ambiental Maranhão) e a Odebrecht Ambiental S.A, mas, por fim, foi decidido judicialmente que a BRK continuasse com as suas operações.

O gerente comercial do grupo BRK no Maranhão, Luiz Augusto Rossi, disse não entender a necessidade de suspender um serviço que tem se efetivado a cada dia e garantido saneamento às duas populações, de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, e que, caso houvesse uma

MAIS

A BRK Ambiental, em parceria com o Instituto Trata Brasil (ITB), tem como objetivo reeducar e conscientizar pais, alunos, professores e demais funcionários sobre a importância de reduzir o consumo de água, realizar corretamente o descarte do lixo, discutir e conscientizar a comunidade escolar questões socioambientais por meio do projeto Água na Escola – Gotas de Futuro.

rescisão contratual, os moradores seriam os únicos prejudicados.

Além disso, Rossi frisou que a BRK tem ofertado benefícios diretos à sociedade, oferecendo a qualidade da água e dos demais serviços básicos e destinando renda aos funcionários da empresa que são os próprios moradores das cidades, contribuindo para o sustento das famílias.

Elencou que a BRK Ambiental tem exercido um papel fundamental na educação ambiental de alunos das escolas de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, por meio de um projeto social, cujo nome é Água na Escola – Gotas de Futuro, que já foi realizado em algumas escolas e será estendido para outras, para que atinja o maior número de alunos possível. ●

 **VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL**

oestadoma.com

Divulgação



Luiz Augusto Rossi é gerente comercial do grupo BRK no Maranhão

220 casais formalizam a união conjugal em Brejo e Anapurus

As primeiras cerimônias do projeto Casamentos Comunitários deste ano aconteceram na última semana, nas cidades de Anapurus (18) e Brejo (19). Organizados pelo juiz titular da comarca de Brejo, Edmilson da Costa Lima, os dois casamentos reuniram 220 casais, que regularizaram a sua situação civil. Também participaram dos eventos o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Gladiston Cutrim, representando o corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva; os juízes Guilherme Valente (Chapadinha), José Pereira Lima Filho (Buriti), Jorge Antonio Leite (Bacabal), além de servidores, autoridades locais, vereadores e a comunidade.

Em Anapurus, termo judiciário da comarca de Brejo, 77 casais formalizaram a união. O casal de maior idade foi formado por Valdemar Sarmento (78) e Luiza da Conceição (76), enquanto o casal mais jovem era composto por Marcelo

Mendes (16) e Fátima Lima (15). Os casais agradeceram a oportunidade de realização de um sonho, o qual dificilmente teriam condições para custear. “Já vivemos juntos há 55 anos, e agora estamos facilitando a situação para nossos filhos e netos”, disse o noivo Valdemar Sarmento.

Segundo o juiz Edmilson da Costa Lima, a realização do projeto Casamentos Comunitários tem uma importante relevância social, na medida em que oportuniza a pessoas que estão em situação irregular, especialmente as mais necessitadas, a regularizarem sua situação perante a lei. Para ele, essa realidade ainda é muito presente no Maranhão, considerando as condições financeiras e a falta de informação de boa parte da população, o que exige do Poder Público medidas que regularizem essa informalidade, que repercute nos direitos dos filhos e parentes.

Ex-presidente da Câmara de Vereadores de Porto Rico é condenado por improbidade

Uma sentença proferida pelo Judiciário da Comarca de Cedral condenou Adelson Abreu por atos de improbidade administrativa, praticados quando exercia o cargo de presidente da Câmara de Vereadores do município de Porto Rico, termo judiciário da comarca. Ele foi condenado à perda da função pública, caso exerça alguma; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 31,5 mil, e ao pagamento de multa civil, de caráter pedagógico e punitivo, em favor da municipalidade em valor equivalente a R\$ 31,5 mil.

A ação foi proposta pelo Ministério Público, que relatou que o ex-vereador, durante o exercício de 2005, cometeu uma série de irregularidades

que provocaram desaprovação de suas contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA). Dentre as irregularidades, apontou a fragmentação de despesas para contratação de serviços de assessoria jurídica e para a contratação da CONACON - Consultoria Contábil, Orçamentária e Planejamento para a prestação de serviços contábeis; bem como dispensa indevida de licitação para aluguel de duas motocicletas e ausência de envio de relatório de gestão fiscal. O MP pediu a condenação do réu pela prática de atos de improbidade administrativa e a consequente imposição das sanções de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o

poder público e receber benefícios, incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

O ex-vereador Adelson Abreu apresentou defesa levantando a preliminar de inaplicabilidade da Lei 8429/92 aos agentes políticos e afirmando que não teve oportunidade de se defender no âmbito do Tribunal de Contas do Estado e que também não foi instaurado inquérito civil público no qual lhe fosse dada oportunidade de defesa. Assevera que não houve enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário, dolo ou má-fé, esta caracterizada pelo propósito de causar dano ao erário ou ao patrimônio. Por fim, ele pediu a improcedência da ação.

Para a Justiça, o caso em tela autoriza o julgamento antecipado do mérito, de acordo com disposição legal constante do art. 355, I do Código de Processo Civil. A sentença entendeu que a improbidade, revela-se quando há prática de algum dos atos descritos na Lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) que importem em enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou ofensa dolosa aos princípios da administração pública. O entendimento do STJ é de que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consolidado pela má-fé para os tipos previstos nos artigos da citada Lei.

OU TUDO, OU NADA...

ASTRO DE OGUM RESOLVE SAIR DO GABINETE E DECIDIR SITUAÇÃO DA ELEIÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, Astro de Ogum resolveu levantar a bunda da cadeira e reuniu jornalistas, radialistas e blogueiros que fazem a miguelagem sobre as atividades do Poder Legislativo Municipal e anunciar para esta quarta-feira, (25), um pronunciamento definitivo sobre a eleição para a Mesa Diretora do Legislativo. Página 3

OU TUDO, OU NADA...

Astro promete decidir situação da eleição da Câmara em pronunciamento nesta quarta

Num rápido encontro com jornalistas, radialistas e blogueiros que fazem cobertura sobre as atividades da Câmara Municipal de São Luís, na manhã desta terça-feira, (24), o presidente da Casa, vereador Astro de Ogum (PR), anunciou para esta quarta-feira, (25), um pronunciamento definitivo sobre a eleição para a Mesa Diretora do Legislativo.

Ele comentou que seria realizada uma conversa na tarde de ontem, (24), onde deveria haver um debate franco sobre o assunto envolvendo os vereadores e as partes envolvidas. Em sua declaração o parlamentar do PR deixou o entendimento que a eleição caminha para um desfecho. “As 16 horas de hoje, (24), deve haver um desfecho. Comunicarei ainda hoje, ou amanhã, quarta-feira às 11 horas, quando deverei fazer um pronunciamento”, completou ele.

Acerca do atual momento em que estão sendo feitas muitas especulações sobre o



Carlos Brandão, “viciado” em ser vice, agora pode ficar sem nada

pleito, inclusive que está também envolto em processo de judicialização, Astro de Ogum disse que está se mantendo tranquilo, “e que diante das circunstâncias do universo político, o que está ocorrendo são práticas naturais”.

Demonstrando naturalidade sobre a provável existência de uma disputa pela direção da Câmara, o presi-

dente do parlamento afirmou que “quem está perdendo com tudo isso não é o vereador, mas sim a população, pois acho desnecessária essa discussão, e a população está esperando é que nós possamos desempenhar o nosso papel para que fomos eleitos como vereadores para a luta pelo cidadão”.

INDEPENDÊNCIA E HAR-

MONIA - Indagado sobre a matéria ligada a eleição na Câmara está tramitando com recursos na Justiça, Astro de Ogum frisou que não sente nenhum abalo, até porque “acho se tratar de assunto interno do Poder, e sobre o Poder Judiciário entendo que está havendo e deve existir o exercício da independência e harmonia entre os poderes”.

Vereador renuncia ao cargo de secretário na Mesa Diretora da Câmara

O vereador Estevão Aragão (PSDB) anunciou nesta segunda-feira (23) que irá renunciar ao cargo de 5º secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís.

Em entrevista a Rádio Difusora AM, o parlamentar disse que se sentiu desprestigiado pelo fato da presidência do colegiado não ter saído em sua defesa durante audiência pública, realizada na última sexta-feira, na qual foi tratado como tema a situação da Segurança Pública no Maranhão.

De acordo com Aragão, o secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela, além de não responder aos seus questionamentos durante o evento, ainda chegou a tratar-lhe mal perguntando se ele queria era “banguçar” a audiência.

O vereador afirmou que na sessão ordinária de hoje iria se pronunciar publicamente sobre o fato e repudiar o comportamento nada republicano de Portela.

No entanto, não o fez porque o primeiro secretário, vereador Honorato Fernandes (PT), que presidia os trabalhos, encerrou, de forma unilateral e covarde, a sessão.

ELEIÇÃO – Na última sexta-feira, o juiz Marcelo Elias Matos e Oka, que responde pela 7ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, acatou mandado de segurança impetrado pelo vereador Nato Júnior (PP) e tornou sem efeito edital no qual havia sido convocada para o dia 08 de agosto a eleição para os membros da Mesa Diretora, biênio 2019/20.

O magistrado determinou, ainda, que um novo edital seja publicado e que num prazo máximo de 48 horas, após a divulgação do documento, seja realizado o referido pleito.

Na próxima quarta-feira (25), o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão deverá julgar o mérito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PSL, do vereador Chico Carvalho.

Presidente do TJMA recebe o novo defensor público-geral do Estado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, recebeu nesta segunda-feira (23), visita de cortesia do novo defensor público-geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos, acompanhado dos defensores públicos Gabriel Furtado e Benito da Silva.

O objetivo da visita de Alberto Bastos – eleito no dia 13 de abril – é estreitar cada vez mais os laços institucionais com o Tribunal de Justiça e fortalecer parceria no desenvolvimento da política de conciliação no Estado.

“Com minha posse em junho, a Defensoria Pública Estadual dará enfoque especial às ações que bus-

cam a solução administrativa de conflitos, tanto na capital quanto no interior, com o intuito de reduzir o índice de judicialização de questões que podem ser resolvidas pela via da conciliação”, afirmou Alberto Bastos.

Na oportunidade, Alberto Bastos e os defensores públicos Gabriel Furtado e Benito da Sil-

va parabenizaram o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, pelo desempenho nos 100 dias de gestão no Judiciário Estadual.

Joaquim Figueiredo agradeceu a visita e afirmou que a Defensoria Pública é uma instituição que tem um papel relevante na efetivação da Justiça.

Política

■ *Página. 3*

Astro de Ogum fará pronunciamento definitivo sobre eleição na Câmara



HOJE

Astro de Ogum fará pronunciamento sobre eleição na Câmara

Num rápido encontro com jornalistas, radialistas e blogueiros que fazem cobertura sobre as atividades da Câmara Municipal de São Luís, na manhã de ontem o presidente da Casa, vereador Astro de Ogum (PR), anunciou para hoje, um pronunciamento definitivo sobre a eleição para a Mesa Diretora do Legislativo.

Acerca do atual momento em que estão sendo feitas muitas especulações sobre o pleito, inclusive que está também envolto em processo de judicialização, Astro de Ogum disse que está se mantendo tranquilo, "e que diante das circunstâncias do universo político, o que está ocorrendo são práticas naturais".

Demonstrando naturalidade sobre a provável existência de uma disputa pela direção da Câmara, o presidente do parlamento afirmou que "quem está perdendo com tudo isso não é o vereador, mas sim a população, pois acho desnecessária essa discussão, e a população está esperando



Vereador Astro de Ogum

é que nós possamos desempenhar o nosso papel para que fomos eleitos como vereadores para a luta pelo cidadão".

INDEPENDÊNCIA E HAR-

MONIA- Indagado sobre a matéria ligada a eleição na Câmara está tramitando com recursos na Justiça, Astro de Ogum frisou que não sente nenhum abalo, até porque

"acho se tratar de assunto interno do Poder, e sobre o Poder Judiciário entendo que está havendo e deve existir o exercício da independência e harmonia entre os poderes".

CRIME ORGANIZADO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, abre, nesta quarta-feira (25), às 9h30, no Auditório da Associação dos Magistrados (AMMA), o encontro do Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional, promovido pelo Ministério da Justiça, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). No evento, será analisado o exercício da jurisdição no combate ao crime organizado, em âmbito nacional e internacional. Temas como a Cooperação jurídica internacional, Cooperação em Matéria Civil, Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes, Extradicação e Transferência de Pessoas Condenadas e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal estão na pauta do evento. Estão inscritos cerca de 100 participantes, entre magistrados e servidores do Judiciário, Ministério Público (estadual e federal), Governo do Estado, Procuradoria Geral, integrantes da Polícia Civil e Federal e Defensoria Pública do Maranhão; além de representantes das entidades participantes do ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro).

BateRebate

CASA DA CRIANÇA



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, acompanhado da coordenadora Especial da Infância e Juventude do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, inaugurou, ontem,

novo espaço na Casa da Criança Menino Jesus, que abrange uma sala de audiências concentradas, salas das oficinas de corte e costura, artesanato e informática onde serão ministrados cursos profissionalizantes. A instituição está instalada na Fundação da Cidadania e Justiça, no bairro São Francisco. Acompanharam a entrega a presidente da Fundação, Socorro Barros de Sá; o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo e outras autoridades.

CAPACITAÇÃO



Gestores do Poder Judiciário do Maranhão participam até hoje de uma capacitação sobre “Sistema de Gestão de Pessoas por Competências”, realizada no Salão Nobre da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema). O evento integra o

projeto de Desenvolvimento Profissional, da Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Maranhão, que possui duas vertentes principais: Gestão de Pessoas por Competências e Avaliação de Desempenho com Foco nas Competências. O objetivo do programa é apresentar aos servidores técnicas e instrumentos para estabelecer as competências necessárias ao desempenho, com eficiência, das atividades funcionais, estimulando a migração de uma atuação da área de gestão de pessoas, baseada em tarefas processuais e controles, para uma atuação sistêmica que privilegia o desenvolvimento profissional dos funcionários.

Cooperação Jurídica

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, abre, às 9h30 de hoje, no Auditório da Associação dos Magistrados (AMMA), o encontro do Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional. No evento promovido pelo Ministério da Justiça, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), será analisado o exercício da jurisdição no combate ao crime organizado, em âmbito nacional e internacional.

José de Ribamar Froz Sobrinho será homenageado (...)

DIVULGAÇÃO



Na programação dos 100 anos da Faculdade de Direito do Maranhão, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho será homenageado com a publicação do livro "Direitos Humanos e Execução Penal", a ser lançado neste sábado, 28, às 19h, no Palacete Gentil Braga. O livro é organizado por Márcio Aleandro Correia Teixeira, Ariston Chagas Apoliano Jr. e Marcelo de Carvalho Lima. O prefácio é assinado pelo professor Agostinho Ramalho Marques Neto. Parabéns!

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1 Com 18 dos 31 vereadores de São Luís ao seu lado, o candidato a presidente da Câmara Municipal Osmar Filho (PDT) está acertando, com o presidente Astro de Ogum, apenas a data do pleito, que acabou virando um imbróglio jurídico no Tribunal de Justiça do Maranhão.

2 Osmar Filho, mesmo intensificando as negociações com todos os segmentos do Legislativo, acha, porém, pouco provável que a eleição se realize ainda esta semana. Mas tudo indica que da próxima não passa. Ele conta com o apoio do presidente Astro de Ogum, que, antes, fixou a data em 8 de agosto. Agora, com o acordo, haverá novo edital.

PESAR

Presidente do TJMA lamenta perda do desembargador Raymundo Liciano

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome de todos os membros da Corte, divulgou nota de pesar lamentando profundamente o falecimento, nessa segunda-feira (23), do ex-presidente da Corte, desembargador Raymundo Liciano Carvalho, ao mesmo tempo em que manifestou sua solidariedade aos familiares do magistrado em momento difícil de dor e tristeza pela perda do ilustre colega.

Natural de Mirador, no sudoeste maranhense, Raymundo Liciano de Carvalho exerceu o cargo de delegado de polícia na sua cidade natal, em 1958. Bacharelou-se em Direito em 1971, pela Universidade Federal do Maranhão.

No ano seguinte, iniciou o curso de pós-graduação em Administração Pública Municipal, pelo Instituto Brasileiro de Administração do Rio de Janeiro. Entre 1972 e 1978, destacou-se como advogado do Tri-

bunal de Contas e inspetor trabalhista do Ministério do Trabalho, por concurso público.

Também concursado, foi nomeado juiz em 26 de setembro de 1978. Exerceu as funções judicantes nas comarcas de Penalva, Cururupu e Imperatriz. Em São Luís, foi titular da 3ª Vara da Fazenda Pública. Promovido a desembargador, foi empossado em 22 de outubro de 1997.

Em março de 2003, assumiu o cargo de vice-presidente e corregedor eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), até 17 de dezembro do mesmo ano, quando foi eleito presidente.

Em dezembro de 2005, voltou a ser eleito vice-presidente e corregedor do TRE. Foi eleito vice-presidente do TJMA em 14 de fevereiro de 2007 e no mesmo ano assumiu a presidência da Corte Estadual de Justiça, em substituição ao desembargador Augusto Galba Maranhão, que requereu aposentadoria voluntária.

Divulgação



Desembargador Raymundo Liciano Carvalho

O velório do ex-presidente do Tribunal de Justiça, Raymundo Liciano, ocorreu a partir das 23h dessa segunda-feira (23), na Pax União, na Rua

Grande, 1233, Centro, Sala 05. O sepultamento aconteceu nessa terça-feira (24), às 11h, no cemitério Parque da Saudade, no Vinhais.

Bastidores

REDAÇÃO

editoria@oprogressonet.com

Liciano de Carvalho

Faleceu na segunda feira, o desembargador Raymundo Liciano de Carvalho, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, tido como grande contribuição expressiva para o fortalecimento da magistratura maranhense. Foi nomeado juiz em 1978 e trabalhou nas comarcas de Penalva, Cururupu e Imperatriz. Daqui subiu para São Luís, onde foi titular da 3ª Vara da Fazenda Pública. Promovido a desembargador e empossado em 22 de outubro de 1997. Foi ainda, vice-presidente e corregedor eleitoral, e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

**Ex-presidente da
Câmara de Vereadores de
Porto Rico é condenado
por improbidade**

Página 2

Ex-presidente da Câmara de Vereadores de Porto Rico é condenado por improbidade

Uma sentença proferida pelo Judiciário da Comarca de Cedral condenou Adelson Abreu por atos de improbidade administrativa, praticados quando exercia o cargo de presidente da Câmara de Vereadores do município de Porto Rico, termo judiciário da comarca. Ele foi condenado à perda da função pública, caso exerça alguma; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 31,5 mil, e ao pagamento de multa civil, de caráter pedagógico e punitivo, em favor da municipalidade em valor equivalente a R\$ 31,5 mil.

A ação foi proposta pelo Ministério Público, que relatou que o ex-vereador, durante o exercício de 2005, cometeu uma série de irregula-

ridades que provocaram desaprovação de suas contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA). Dentre as irregularidades, apontou a fragmentação de despesas para contratação de serviços de assessoria jurídica e para a contratação da CONACON - Consultoria Contábil, Orçamentária e Planejamento para a prestação de serviços contábeis; bem como dispensa indevida de licitação para aluguel de duas motocicletas e ausência de envio de relatório de gestão fiscal. O MP pediu a condenação do réu pela prática de atos de improbidade administrativa e a consequente imposição das sanções de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamen-

to de multa civil e proibição de contratar com o poder público e receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

O ex-vereador Adelson Abreu apresentou defesa levantando a preliminar de inaplicabilidade da Lei 8429/92 aos agentes políticos e afirmando que não teve oportunidade de se defender no âmbito do Tribunal de Contas do Estado e que também não foi instaurado inquérito civil público no qual lhe fosse dada oportunidade de defesa. Assevera que não houve enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário, dolo ou má-fé, esta caracterizada pelo propósito de causar dano ao erário ou ao patrimô-

nio. Por fim, ele pediu a improcedência da ação.

Para a Justiça, o caso em tela autoriza o julgamento antecipado do mérito, de acordo com disposição legal constante do art. 355, I do Código de Processo Civil. A sentença entendeu que a improbidade, revela-se quando há prática de algum dos atos descritos na Lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) que importem em enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou ofensa dolosa aos princípios da administração pública. O entendimento do STJ é de que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consolidado pela má-fé para os tipos previstos nos artigos da citada Lei.

Astro de Ogum fará pronunciamento definitivo quarta-feira sobre eleição na Câmara Municipal

A Secretaria de Estado da Saúde contabilizou 11.178 atendimentos na 12ª edição do Mais Saúde, no Liceu Ribamarense I, durante este sábado (21) e domingo (22). Entre os serviços mais procurados pelos usuários estiveram os testes rápidos para diagnóstico de sífilis, Aids e hepatites, aferição de pressão e teste de glicemia, além da emissão de documentos na carreta do Viva. **Página 3**

Astro de Ogum fará pronunciamento definitivo quarta-feira sobre eleição na Câmara Municipal

Num rápido encontro com jornalistas, radialistas e blogueiros que fazem cobertura sobre as atividades da Câmara Municipal de São Luís, na manhã desta terça-feira, (24), o presidente da Casa, vereador Astro de Ogum (PR), anunciou para esta quarta-feira, (25), um pronunciamento definitivo sobre a eleição para a Mesa Diretora do Legislativo.

Ele comentou que seria realizada uma conversa na tarde de ontem, (24), onde deveria haver um debate franco sobre o

assunto envolvendo os vereadores e as partes envolvidas. Em sua declaração o parlamentar do PR deixou o entendimento que a eleição caminha para um desfecho. "As 16 horas de hoje, (24), deve haver um desfecho. Comunicarei ainda hoje, ou amanhã, quarta-feira às 11 horas, quando deverei fazer um pronunciamento", completou ele.

Acerca do atual momento em que estão sendo feitas muitas especulações sobre o pleito, inclusive que está também envolto em processo de

judicialização, Astro de Ogum disse que está se mantendo tranquilo, "e que diante das circunstâncias do universo político, o que está ocorrendo são práticas naturais".

Demonstrando naturalidade sobre a provável existência de uma disputa pela direção da Câmara, o presidente do parlamento afirmou que "quem está perdendo com tudo isso não é o vereador, mas sim a população, pois acho desnecessária essa discussão, e a população está esperando é que nós possamos de-

sempenhar o nosso papel para que fômos eleitos como vereadores para a luta pelo cidadão".

INDEPENDÊNCIA E HARMONIA - Indagado sobre a matéria ligada a eleição na Câmara está tramitando com recursos na Justiça, Astro de Ogum frisou que não sente nenhum abalo, até porque "acho se tratar de assunto interno do Poder, e sobre o Poder Judiciário entendo que está havendo e deve existir o exercício da independência e harmonia entre os poderes".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fórum de São Luís e Faculdade Pitágoras promovem ações de saúde

Como parte da programação do Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, 26 de abril, o Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), em parceria com a Faculdade Pitágoras, realiza, desta quarta (25) até sexta-feira (27), ações de saúde e qualidade de vida, voltadas para magistrados, servidores, terceirizados e o público em geral. As atividades ocorrerão nas salas localizadas atrás do auditório Des. José Joaquim Ramos Filgueiras, localizado no térreo do Fórum.

Serão oferecidos serviços de fisioterapia, nutrição e estética; realização de testes rápidos de hepatites virais; além de verificação

de pressão arterial e de glicemia capilar. Os atendimentos serão realizados por acadêmicos, com a supervisão de professores da faculdade. O curso de Nutrição fornecerá o lanche para as pessoas que se submeterão à verificação de glicemia capilar.

Durante os três dias da ação no Fórum Des. Sarney Costa, os atendimentos ocorrerão das 9h às 12h e das 14h às 17h. A iniciativa é da Diretoria do Fórum, por meio da Divisão Médica e Odontológica, e do Núcleo de Responsabilidade Social da Faculdade Pitágoras de São Luís.

A chefe da Divisão Médica, Camila Silva de Araújo

Figueiredo, explicou que não há necessidade de agendar atendimento, bastando comparecer ao local onde serão oferecidos os serviços.

Camila Araújo destacou que a ação que marca o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial (26) é voltada para a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos servidores, magistrados e terceirizados, a partir de atendimentos no próprio ambiente de trabalho. A iniciativa também possibilita esses benefícios à comunidade em geral, que vem ao Fórum de São Luís para audiências e em busca de outros serviços da Justiça.

TJMA realiza sessão plenária jurisdicional com 35 processos

Trinta e cinco processos – entre eles 16 tramitando na plataforma do PJe (Processo Judicial eletrônico) - estão na pauta de julgamento da sessão plenária jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão, que ocorre nesta quarta-feira (25), a partir das 9h. A pauta da sessão jurisdicional inclui procedimento

investigatório criminal, agravo interno, mandado de segurança, entre outros. A agenda pode ser consultada no sistema Jurisconsult, no Portal do Judiciário.

Órgão máximo dentro da estruturação hierárquica do Poder Judiciário estadual e composto pelos 27 desembargadores, o Pleno do TJMA tem competências jurisdicional e administrativa.

Transmissão ao vivo – As sessões plenárias são transmitidas ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br).

Ex-presidente da Câmara de Vereadores de Porto Rico é condenado por improbidade

Uma sentença proferida pelo Judiciário da Comarca de Cedral condenou Adelson Abreu por atos de improbidade administrativa, praticados quando exercia o cargo de presidente da Câmara de Vereadores do município de Porto Rico, termo judiciário da comarca. Ele foi condenado à perda da função pública, caso exerça alguma; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 31,5 mil, e ao pagamento de multa civil, de caráter pedagógico e punitivo, em favor da municipalidade em valor equivalente a R\$ 31,5 mil. A ação foi proposta pelo Ministério Público, que relatou que o ex-vereador, durante o exercício de 2005, cometeu uma série de irregularidades que

provocaram desaprovação de suas contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA). Dentre as irregularidades, apontou a fragmentação de despesas para contratação de serviços de assessoria jurídica e para a contratação da Consultoria Contábil, Orçamentária e Planejamento (Conacon) para a prestação de serviços contábeis; bem como dispensa indevida de licitação para aluguel de duas motocicletas e ausência de envio de relatório de gestão fiscal. O MP pediu a condenação do réu pela prática de atos de improbidade administrativa e a consequente imposição das sanções de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e

proibição de contratar com o poder público e receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. O ex-vereador Adelson Abreu apresentou defesa levantando a preliminar de inaplicabilidade da Lei 8429/92 aos agentes políticos e afirmando que não teve oportunidade de se defender no âmbito do Tribunal de Contas do Estado e que também não foi instaurado inquérito civil público no qual lhe fosse dada oportunidade de defesa. Assevera que não houve enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário, dolo ou má-fé, esta caracterizada pelo propósito de causar dano ao erário ou ao patrimônio. Por fim, ele pediu a improcedência da ação.

Para a Justiça, o caso em tela autoriza o julgamento antecipado do mérito, de acordo com disposição legal constante do art. 355, I do Código de Processo Civil. A sentença entendeu que a improbidade, revela-se quando há prática de algum dos atos descritos na Lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) que importem em enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou ofensa dolosa aos princípios da administração pública. O entendimento do STJ é de que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consolidado pela má-fé para os tipos previstos nos artigos da citada Lei.



A reunião foi o ponto de partida para um trabalho conjunto a ser desenvolvido a partir de agora”, ressaltou o desembargador José Luiz Almeida, acerca da reunião com a ouvidora do Ministério Público Estadual (MPMA), procuradora Rita Baptista, para discutir uma melhor integração das ações, firmando uma parceria na prestação de serviços à sociedade.

Combate ao crime organizado será discutido em São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo, abriu, ontem (24), no Auditório da Associação dos Magistrados (AMMA), o encontro do Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional, promovido pelo Ministério da Justiça, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

No evento, foi analisado o exercício da jurisdição no combate ao crime organizado, em âmbito nacional e internacional. Temas como a Cooperação Jurídica Internacional, Cooperação em Matéria Civil, Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes, Extradicação e Transferência de Pessoas Condenadas e Cooperação Jurídica

Internacional em Matéria Penal estão na pauta do evento.

Estão inscritos cerca de 100 participantes, entre magistrados e servidores do Judiciário, Ministério Público (estadual e federal), Governo do Estado, Procuradoria Geral, integrantes da Polícia Civil e Federal e Defensoria Pública do Maranhão; além de representantes das entidades participantes do ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro).

Em São Luís, o curso acontece hoje (25) e amanhã (26), sob a coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). O objetivo é difundir sobre a importância da cooperação jurídica na prevenção e investigação do crime organizado.

Astro marca nova data para eleição na Câmara de SL

PÁG. 3 [C1]

Astro de Ogum volta atrás e marca nova data para a eleição da Mesa da Câmara

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), divulgou ontem à noite novo edital convocando para o dia 9 de maio a eleição para a Mesa Diretora da Casa no biênio 2019/2020. De acordo com o novo edital, o pleito ocorrerá a partir das 9h, sendo que o registro das chapas poderá ser feito até trinta minutos antes da votação.

No dia 19 de abril passado, num primeiro edital, Astro de Ogum convocou a eleição para o dia 8 de agosto. Nesta quarta-feira (25), o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado deverá julgar o mérito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PSL, do vereador Chico Carvalho.

A Adin foi rejeitada pelo seu relator, desembargador Jamil Gedeon, que manteve o fim da reeleição para os membros da

Mesa e imediata realização do pleito para o segundo período da atual legislatura (2019-2020). Nesta quarta-feira, Astro de Ogum também deverá fazer um pronunciamento no plenário da Casa tratando, em definitivo, sobre o assunto.

Na sexta-feira passada, o juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, Marcelo Elias Matos e Oka, tornou sem efeito o edital assinado por Astro de Ogum, determinando o próximo dia 8 de agosto como data para realização da eleição da nova Mesa Diretora.

Ao proferir a decisão, o juiz Marcelo Elias acatou mandado de segurança impetrado pelo vereador Nato Júnior (PP), que pedia a publicação de um novo edital no prazo máximo de 24 horas, para que a eleição fosse realizada no prazo de 48 horas. No mandado de segurança, o

vereador Nato Júnior argumenta que Astro de Ogum violou a Lei Orgânica do Município de São Luís, pois o prazo para a eleição da nova Mesa Diretora da Câmara expirou no dia 15 de abril passado.

Na sentença, o magistrado aplica multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), limitado à R\$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), a ser suportada pelo patrimônio pessoal do impetrado, ou seja, pelo presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, vereador Generval Martiniano Moreira Leite (Astro de Ogum).

“Justifica-se essa medida porque, caso Sua Excelência não cumpra o mandamento judicial, não é razoável que o Município seja penalizado. Tal como não se pode fazer cortesia com chapéu alheio, deve-se combater que ilegalidades sejam

praticadas e que, em última análise, a sociedade arque com as consequências”, diz o magistrado. E ele acrescenta: “Justifico o elevado valor da multa em razão de sua finalidade inibitória e coercitiva, consoante entendimento do STJ, bem como levando em consideração a relevância do cargo em disputa, Chefe do Poder Legislativo do Município de São Luís. Com efeito, em havendo cumprimento da decisão judicial, não há que se falar em multa diária. Tudo sem prejuízo de aplicação das penalidades legais aplicáveis ao caso. Sem prejuízo da multa ora fixada e da responsabilização criminal pelo crime de desobediência, em caso de eventual descumprimento, registro que esta decisão vale também como mandado de condução à Delegacia de Polícia”.

Informe JP

Impasse na Câmara de São Luís (I)

Na sexta-feira passada (20), o juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, Marcelo Elias Matos e Oka, tornou sem efeito o edital assinado pelo presidente da Câmara Municipal de São Luís, Astro de Ogum (PR), determinando o próximo dia 8 de

agosto como data para realização da eleição da nova Mesa Diretora.

Ao proferir a decisão, o juiz Marcelo Elias acatou mandado de segurança impetrado pelo vereador Nato Júnior (PP), que pedia a publicação de um novo edital no prazo máximo de 24 horas, para que a eleição fosse realizada no prazo de 48 horas.

No mandado de segurança, o vereador Nato Júnior argumenta que Astro de Ogum violou a Lei Orgânica do Município de São Luís, pois o prazo para a eleição da nova Mesa Diretora da Câmara expirou no dia 15 de abril passado.

Impasse na Câmara de São Luís (II)

Em seu despacho, o juiz Marcelo Elias acatou o mandado de segurança impetrado pelo vereador Nato Júnior, suspendendo a eficácia do edital de convocação para a eleição da nova Mesa Diretora, lançado por Astro de Ogum na quinta-feira (19).

Além disso, o magistrado determinou que o presidente da Câmara publicasse novo edital no prazo de 24 horas, para que a eleição da nova Mesa Diretora fosse realizada na primeira sessão ordinária ou no prazo máximo de cinco dias.

O juiz determinou que, em caso de descumprimento desta decisão, ficava autorizado o primeiro Vice-Presidente da Câmara a cumprir a determinação judicial, com a publicação do edital.

E, caso este também não o fizesse, tal incumbência passaria para o segundo Vice-presidente, caso este também não o fizesse o Terceiro Vice-Presidente, os demais membros da mesa pela ordem de sucessão, um após a omissão do outro, destacando-se a responsabilidade pelo crime de desobediência, bem ainda ato de improbidade administrativa decorrente pelo descumprimento.

Pesada multa

No final da sentença, o juiz Marcelo Elias decidiu que, em caso de desobediência, seria aplicada uma multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), limitado à R\$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), a ser suportada pelo patrimônio pessoal do impetrado, ou seja, pelo presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís, vereador Generval Martiniano Moreira Leite (Astro de Ogum).

Desde o início da semana, Astro de Ogum manteve-se em silêncio, mas ontem à noite ele decidiu publicar edital com uma nova data para a eleição da Mesa Diretora. Ele fez suspense o tempo todo, mas revelou que, nesta quarta-feira, irá se pronunciar sobre o assunto.

Inauguradas novas salas na Casa da Criança

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, acompanhado da coordenadora Especial da Infância e Juventude do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, inaugurou, ontem (24), novo espaço na Casa da Criança Menino Jesus, que abrange uma sala de audiências concentradas, salas das oficinas de corte e costura, artesanato e informática onde serão ministrados cursos profissionalizantes. A instituição está instalada na Fundação da Cidadania e Justiça, no São Francisco. Acompanharam a entrega a presidente da Fundação, Socorro Barros de Sá; o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo e outras autoridades. "Fico feliz com o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Especial da Infância e Juventude, cujo alcance social dignifica a missão institucional do Poder Judiciário no Maranhão como guardião da cidadania", anunciou Joaquim Figueiredo. A desembargadora Cleonice Silva Freire explicou que as oficinas vão profissionalizar adolescentes em situação de abandono e vulnerabilidade, e crianças filhas das vítimas de violência doméstica. O desembargador Lourival Serejo ressaltou ações desenvolvidas pela Coordenadoria Especial da Infância e Juventude na Fundação e parabenizou a presidência do Tribunal pela iniciativa de apoiar a viabilização do espaço.

Matões

Réu é condenado a 14 anos de reclusão por homicídio

Em 11 de abril, o Tribunal do Júri da Comarca de Matões condenou Luiz Gonzaga de Sousa a 14 anos de prisão pelo homicídio de Lourenço Rodrigues Pereira, cometido em 3 de março de 2014. A vítima foi morta com duas facadas nas costas.

Defendeu a tese do MPMA a promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira. Proferiu a sentença o juiz Marco Aurélio Veloso de Oliveira

Silva. A maioria dos jurados reconheceu a existência de duas qualificadoras: motivo fútil e o fato de o crime ter sido praticado à traição, pelas costas.

O réu cometeu o assassinato nas imediações da praça Divino Espírito Santo, em Matões. Após um baile carnavalesco em um clube, Lourenço Rodrigues Pereira se dirigia para casa ao lado de sua companheira Rosa Maria dos Santos, quando foi surpreendido pelo ataque do

acusado, que desferiu duas facadas em suas costas. Foi apurado que a vítima não tinha nenhuma inimizade com o denunciado até o dia do ocorrido. Momentos antes, na festa carnavalesca, eles travaram uma breve discussão, em razão de ciúmes, porque Lourenço Rodrigues Pereira teria flagrado a sua companheira sentada na perna de Luiz Gonzaga de Sousa. Do total, o condenado já tinha cumprido quatro anos, um mês e oito dias de reclusão, porque estava preso desde a época do crime. A pena determinada pela sentença deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, na Unidade Prisional de Timon.

Vara da Infância realiza Audiências Concentradas no Lar da Criança

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada três meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas em lei. Atendendo a essa determinação prevista na Lei 13.509/2017, o juiz Simeão Pereira e Silva, titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Timon, iniciou, ontem (24), uma agenda de audiências concentradas que serão realizadas no Lar da Criança, entidade de acolhimento de crianças e adolescentes do município. Segundo o juiz, as audiências serão acompanhadas pelo Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública (DPE), Conselho Tutelar, e pela Equipe

Multidisciplinar da Vara da Infância e Juventude, dentre outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. "Durante os atos, a Justiça decide, com base nas manifestações e relatórios apresentados, quanto à possibilidade da reintegração de cada criança ou adolescente acolhidos à sua família natural, formada pelos pais ou ascendentes, à família extensa ou ampliada, formada por parentes próximos, com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade", explicou Simeão Pereira.

As audiências prosseguem até quinta (26), e a prioridade é que seja preservada a convivência da criança ou adolescente com sua família natural ou extensa, mas se forem esgotadas todas essas possibilidades, serão colocados em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção. Atualmente, 16 crianças estão acolhidas no Lar da Criança.